



Portugal é o país europeu que demora mais tempo a decidir processos

Justiça. A ministra Paula Teixeira da Cruz cumpriu quase todas as metas impostas pela *troika* em 2011. Mas há um problema: com o bloqueio do Citius, a cobrança de dívidas, que tinha descido, pode voltar a aumentar em flecha

FILIPA AMBRÓSIO DE SOUSA
e JOANA CAPUCHO

Portugal demora, em média, três anos e dois meses a decidir um processo cível em tribunal desde o momento em que a ação entra numa secretária judicial até que o juiz dita a sentença em primeira instância. Divulgado este ano, o Painel de Avaliação da Justiça da União Europeia, de 2014, alertou para o facto de os tribunais portugueses demorarem quatro vezes mais do que o tempo médio dos restantes 27 países da União Europeia (UE), que se ficam por pouco mais de oito meses. Este é, aliás, o calcanhar de Aquiles da justiça portuguesa há já duas décadas. Comparativamente com dados de anos anteriores, esta situação tem vindo progressivamente a piorar: em 2008, o tempo de resposta era de 925 dias e, em 2006, de 834.

Para fazer face a esta lentidão, em parte causada pelo número excessivo de ações executivas, em 2011, a *troika* (Banco Central Europeu, FMI e Comissão Europeia), recém-chegada a Lisboa, impôs um objetivo: reduzir as 1,7 milhões de ações de cobrança de dívidas. No mínimo, teríamos de ter menos de 200 mil ações desta natureza a marinar nos tribunais portugueses. Perante esta exigência, a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz, reduziu drasticamente, em três anos, este número para pouco mais de um milhão. Usando um mecanismo de saneamento de ações judiciais por antiguidade, as ações de dívidas desceram para pouco mais de um milhão (primeiro trimestre de 2014). No total, segundo dados da Câmara dos Solicitadores (CS) de junho do ano passado, até maio desse ano tinham dado entrada 97 mil ações e foram resolvidas 239 640 ações executivas.

Bloqueio do Citius

Depois da nota positiva dada à titular da pasta, Paula Teixeira da Cruz enfrenta agora outro problema. O bloqueio do Citius – onde estão depositadas eletronicamente todas ações de cobrança de dívidas, a que se juntarão ainda as que estão a dar entrada nos tribunais desde o dia 1 de setembro – pode fazer subir em flecha o número destas pendências. Conforme o DN avançou na semana passada, os casos mais afetados por este bloqueio informático – que só agora parece estar a dar sinais de vida –



A ministra da Justiça apenas não cumpriu um desafio da *troika*: baixar as ações fiscais

são precisamente essas mesmas ações executivas. O Citius tem deixado parada praticamente toda a justiça cível em Portugal desde a entrada em vigor do novo mapa judiciário.

“A justiça está parcialmente paralisada, ao que parece, por culpa da informática, mas, mais grave do que isso, está ameaçada pelo espírito justiceiro”, explica o advogado Rogério Alves em declarações ao DN. “Parece-me que quem trabalha no setor da Justiça e tem atravessado este ciclone merece uma homenagem. Espero que depois da tempestade venha mesmo a bonança”, disse.

Rui Patrício, advogado no processo Face Oculta e ex-membro do Conselho Superior da Magistratura, garante que a justiça está melhor do que parece. “A imagem que os cidadãos têm da justiça não corresponde exatamente, na minha perspetiva, à realidade e é muito mais negativa do que essa realidade”, diz o jurista. “Mas essa má imagem constitui, em si mesma, um problema, talvez até o maior problema da justiça, pois provoca a corrosão da confiança e da credibilidade”. E acrescenta: “Infelizmente, acontecimentos recentes nesta área contribuíram para aumentar essa perda de confiança e

de credibilidade.” O juiz Renato Barroso defende que a justiça criminal está hoje bem melhor do que estava há 25 anos e que, “quanto à reforma, temos de dar tempo ao tempo para ver se vai correr bem. Há um bloqueio da plataforma, mas uma coisa é a reforma, outra é a plataforma”.

Objetivos da *troika* cumpridos

Em 2011, a *troika* pediu um “melhor funcionamento do sistema judicial, essencial para o funcionamento correto e justo da economia”, conforme dizia o memorando. O documento dizia ainda: novos modelos de gestão dos tribunais e redução da

lentidão, “facilitando mecanismos de resolução extrajudicial” como arbitragem ou mesmo Julgados de Paz. Nestes dois pontos, também a titular da pasta da Justiça cumpriu. Aprovou a lei da arbitragem voluntária em dezembro de 2011 – que permite a grandes empresas escolherem um tribunal privado, para resolver questões de forma mais rápida – e aumentou de cinco mil para 15 mil o valor dos litígios que podem ser resolvidos nos Julgados de Paz. E definiu um modelo de gestão tripartida nos tribunais – em vigor desde a entrada da reforma judiciária – em que os magistrados judiciais e do Ministério Público partilham com o administrador judicial essa função.

A trabalhar desde o início de 2012, as equipas especiais criadas pelo Ministério da Justiça (quatro juízes em Lisboa e três no Porto) para resolverem os processos fiscais acima de um milhão de euros parados nos tribunais, não tiveram o resultado esperado e pedido pela *troika*. E o objetivo de diminuir as pendências ficou claramente por cumprir. Isto porque à medida que iam resolvendo litígios, a maior parte envolvendo grandes empresas, muitos outros entravam, agravando a situação. O montante envolvido nos processos fiscais pendentes nos tribunais passou de 7,2 mil milhões em 2011 para 7,5 mil milhões em 2013.

Concluída ficou também a alteração mais profunda do Código de Processo Civil, com o objetivo de simplificar a tramitação das ações cíveis, acabando com muitas das formalidades que existiam, tentando evitar o adiamento das audiências e facilitar as penhoras bancárias.

Panorama europeu

No contexto europeu, a Itália, a Croácia e a Eslováquia conseguem, ainda assim, apresentar um quadro quase tão negativo como o de Portugal. Segundo o mesmo relatório da Comissão Europeia, os países europeus que mais depressa decidem um processo judicial são a Finlândia, a Suécia e o Luxemburgo. Portugal é o 12.º país europeu a gastar mais dinheiro com a justiça, numa média de 50 euros por cada cidadão.

Já o Luxemburgo, a Dinamarca e a Áustria são os países que mais verbas canalizam para gastos com a justiça. Quase 200 euros por habitante.